

País gastou R\$ 350 bi em 20 anos

A história da política de incentivos fiscais no Brasil é marcada por fraudes, desvios e exemplos de distorções. Nem sempre os recursos que deixam de ser arrecadados com impostos servem aos objetivos de estimular o desenvolvimento econômico e social. A seguir, alguns exemplos de como evoluíram ao longo das últimas décadas os projetos de incentivos fiscais:

■ Em 1965, o então presidente Castelo Branco assinou decreto criando estímulos ao aumento da produtividade e à contenção de preços, dando benefícios fiscais e creditícios às empresas que reajustassem seus preços em menos de 15% no ano.

■ A partir de 1957, o governo concedeu diversos incentivos para indústrias automobilísticas. Os benefícios incluíam isenção de imposto tarifário sobre partes importadas, isenção tarifária e de imposto de consumo para a importação de equipamentos, além de benefício ao custo do câmbio concedido somente ao capital nacional para a importação de equipamentos.

■ Os incentivos fiscais para o Nordeste, criados no início da década de 60, foram estendidos em 1966 para a Amazônia Legal, dentro da proposta de reduzir disparidades regionais.

■ Em 1971, o Estado denunciou escritórios e corretores captadores de recursos de incentivos fiscais em projetos da Sudam e Sudene, que cobravam comissões de 25%.

■ Em 1972, o então presidente Emílio Garrastazu Médici concedeu incentivos fiscais adicionais vinculados exclusivamente a projetos de exportação, prevendo isenção de impostos sobre importação e sobre produtos in-

dustrializados.

■ Em 1974, o Estado denunciou fraudes em mais de 5 mil aplicações de incentivos fiscais nas áreas da Sudene e Sudam, praticadas por contribuintes de São Paulo. As operações, conhecidas como "dobradinha" ou "recibão", consistiam em declarar o dobro do valor real do investimento.

■ Em 1987, reportagens publicadas na imprensa denunciavam o desperdício com os projetos de incentivos fiscais na Amazônia. Entre os exemplos de dinheiro público jogado fora estava o projeto da Rodovia Transamazônica. Mais de 90 empreendimentos da Sudam foram abandonados entre 1976 e 1985. Na época o então ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sugeriu cancelar todos os incentivos e benefícios fiscais e recomeçar do zero.

■ Em 1986, o governo da Nova República ampliou a lista de incentivos fiscais, criando benefícios para as áreas de informática e projetos culturais.

■ Em 1987, a perda de receita decorrente dos benefícios fiscais representou 36% de toda a arrecadação tributária, sendo três vezes superior ao total de imposto de renda das pessoas físicas. A maior parte dos benefícios resultava de incentivos às exportações, segundo levantamento feito pela Secretaria da Receita Federal.

■ Em 1988, quando os incentivos representavam cerca de 30% de toda a arrecadação tributária, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) publicou um estudo apontando os incentivos às estatais como um dos responsáveis pelo déficit público. No setor privado, entre as empresas beneficiadas com incentivos fis-

cais estava a Springer, do empresário Mário Amato, presidente da Fiesp. Uma fábrica da empresa no Nordeste recebeu dez anos de isenção total de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

■ Mais de 50 projetos de reflorestamento feitos ao longo de duas décadas eram fraudulentos. As empresas declaravam um volume de pés de eucalipto até quatro vezes superior ao da área de cultivo. 450 indústrias do Nordeste (35% das que receberam incentivo na região) desistiram dos projetos após sucessivas operações de auxílio financeiro para ampliar suas atividades. Na Amazônia, 370 empresas receberam dinheiro público para lavouras e criação de gado, mas não iniciaram os projetos. Os dados foram divulgados em 1988 pela Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais (Comif), da Secretaria de Planejamento.

■ Entre 1975 e 1985, os fundos de incentivos fiscais receberam US\$ 6,6 bilhões, mas nenhum deles cumpriu o objetivo de redistribuição de renda das regiões mais ricas para as mais pobres. Ao contrário, funcionaram como concentradores de renda, garantindo dinheiro para os mais ricos, concluiu a Comif. Cerca de US\$ 1 bilhão foi desviado somente na área do Fundo de Incentivo a Projetos de Reflorestamento (Fiset). O Fundo de Incentivos da Amazônia (Finam) recebeu US\$ 1,1 bilhão, mais da metade para projetos agropecuários. Dos empreendimentos incentivados, apenas 3% tiveram alguma rentabilidade.

■ Em 1989, após muita discussão sobre o emaranhado de leis e decretos envolvendo a concessão de incentivos

fiscais, o governo chegou à conclusão de que a extinção dos benefícios que davam prejuízo ao Tesouro seria praticamente impossível pois muitos estavam assegurados na Constituição.

■ Em 1990, um levantamento feito por técnicos do Ministério da Fazenda indicava que o País perdeu cerca de US\$ 350 bilhões ao longo de duas décadas com subsídios e incentivos fiscais. Quase US\$ 110 bilhões liberados para financiar grandes projetos na Amazônia teriam sido desviados por empresários que receberam os benefícios. Já o Proálcool consumiu desde a sua criação cerca de US\$ 13 bilhões.

■ Após ameaçar cortar os subsídios, o governo do presidente Fernando Collor, em 1990, anunciou novos incentivos para empresas com investimentos em ciência e tecnologia.

■ Em 1995, a perda da União com incentivos fiscais foi de R\$ 7 bilhões, valor quase equivalente ao orçamento do Ministério da Educação (R\$ 7,9 bilhões).

■ O Congresso aprovou em 1996 incentivos fiscais para atrair montadoras de veículos para o Nordeste. 25 empresas – incluindo a Hyundai, Asia Motors e Honda – anunciaram projetos no valor total de US\$ 2,7 bilhões. Quase todos continuam até hoje no papel.

■ O chamado regime automotivo custou US\$ 1,3 bilhão em incentivos fiscais em 96 e 97. O País recebeu programas de investimentos de US\$ 18,3 bilhões previstos para até 99.

■ Este ano o governo voltou a discutir a questão dos incentivos, depois de constatar uma perda de US\$ 64 bilhões desde o início do real, em 94.